
**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA RELATORA,
Fulana de tal, DA EGRÉGIA Xª TURMA CÍVEL DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO XXXXXXXX**

Processo nº XXXXXXXXXX

Agravante: XXXXXXXXXX

Curatelada: FULANA DE TAL

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXX**, no exercício da **CURADORIA ESPECIAL** de **FULANA DE TAL**, já devidamente qualificada no processo, vem, com fulcro no art. 1.019, inciso II do Código de Processo Civil, apresentar

RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO
--

Interposto contra decisão interlocutória proferida nos autos de execução nº xxxxxxxxxxxx, movido pelo Agravante, igualmente qualificado, em face da Curatelada, fazendo-o mediante as razões de fato e de direito que passará a expor.

Por meio desses termos, pede e espera deferimento.

Fulana de tal
Defensora Pública do xxx

Fulana de tal
Estagiária xxxx Mat. xxxxx

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo nº XXXXXX

Agravante: XXXXX

Curatelada: FULANA DE TAL

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Egrégia Turma,

Eméritos Julgadores,

I - DA TEMPESTIVIDADE

Prima facie, é imperioso ressaltar que a Defensoria Pública tomou ciência da intimação para apresentar resposta ao presente recurso no dia 29.08.2022 (segunda-feira), iniciando-se a contagem do prazo legal em 30.08.2022 (terça-feira) e incidindo na espécie a prerrogativa legal prevista no artigo 186 do Código de Processo Civil. Portanto, é tempestiva a apresentação destas contrarrazões, já que observa o trintídio legal.

II - SÍNTESE DO RECURSO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Agravante em face de decisão proferida nos autos de execução de título extrajudicial, movido em face da curatelada que indeferiu o pedido de pesquisas via INFOJUD.

Sustenta o Agravante que o indeferimento do pedido de busca de bens via INFOJUD afronta os direitos constitucionais, como a razoável

duração do processo e a segurança jurídica, eis que detém direito de crédito decorrente de contrato firmado entre as partes, criando a situação absurda na qual o credor deve se sujeitar aos trâmites processuais e prazos favoráveis ao devedor, sem garantias de que encontrará bens passíveis de satisfação do débito.

Aduz que que é permitido ao credor se valer de todos os meios lícitos possíveis à sua disposição para receber o justo crédito que possui com o devedor bem como que a medida pleiteada atende aos princípios da economia e celeridade processual, especialmente se considerado que as buscas anteriores restaram infrutíferas.

Foi deferida a tutela de urgência. Vieram os autos para as contrarrazões.

III - DO MÉRITO

Cabe ressaltar que, consoante os elementos que instruem os autos originários, a diligência pleiteada pelo ora Agravante não tem probabilidade de êxito. Isso porque **já foram realizadas diversas consultas nos sistemas disponíveis com o fim de localizar bens da agravada, diligências estas que restaram infrutíferas.**

Ademais, ao contrário do alegado pelo Agravante, **não é razoável** que se determine a realização de pesquisa INFOJUD como pleiteado nas razões do recurso, que certamente retornarão resultados negativos, vez que a parte exequente **não noticiou qualquer alteração ou indício de alteração da situação financeira da parte executada**, limitando-se a justificar o pedido com base na possibilidade de, eventualmente, ter surgido bens executáveis no patrimônio dela.

Além disso, não é razoável a realização de pesquisa INFOJUD, visto que a **consulta ao sistema InfoJud constitui medida excepcional**, que só é cabível depois de evidenciado que a parte exauriu todas as medidas tendentes à localização de bens penhoráveis da executada.

Por se tratar de consulta a informações existentes na Secretaria da Receita Federal do Brasil, possui caráter sigiloso, correspondendo, assim, à quebra de sigilo bancário, protegido constitucionalmente, o que deve ser admitido apenas de forma excepcional.

Não há nos autos prova suficiente de que a parte exequente tenha se esforçado na localização de bens, sobretudo diante da ausência de pesquisa extrajudicial de imóveis perante os Cartórios de Registro de Imóveis, o indeferimento do pleito é medida que se impõe.

Ao credor não assiste o direito de eternizar a reiteração de novas pesquisas aos sistemas disponíveis sem demonstrar que realizou diligências com o objetivo de localizar bens passíveis de penhora e também sem demonstrar que a situação econômica da parte foi alterada, devendo ser observado o critério da razoabilidade.

É de se destacar que a possibilidade de ter ocorrido modificação na situação econômica da executada é mínima, tendo em vista que, conforme bem pontuado pelo juízo a quo já foram realizadas inúmeras diligências com o objetivo de localizar bens penhoráveis e todas retornaram sem qualquer sucesso.

Diante desta situação, adequada a decisão agravada, inexistindo qualquer prejuízo ao Agravante, que poderá indicar outros bens à penhora, sem que o direito constitucional do sigilo fiscal da agravada seja fragilizado.

Destaque-se que, estando a decisão combatida em sintonia com a orientação jurisprudencial do E.TJDFT:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PESQUISA DE BENS. INFOJUD. CARÁTER EXTRAORDINÁRIO. NÃO DEMONSTRADA A MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO DEVEDOR. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A solicitação de informações ao Sistema Infojud deve ser feita em caráter extraordinário,

pois se trata de instrumento que implica a quebra de sigilo fiscal. Desse modo, tal medida, de caráter gravoso à parte executada, só pode ser deferida quando verificado o esgotamento dos meios à disposição do exequente para localização de bens passíveis de penhora. 2. Se a pesquisa de bens, pelo sistema Infojud, já foi realizada anteriormente perante o juízo de origem, não será razoável reiterar a diligência sem que o exequente demonstre a modificação da situação econômica da devedora. 3. Agravo de instrumento não provido.

(TJDFT - Acórdão n. 1438353, 07157137020218070000, Relator: ARNOLDO CAMANHO 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 14/07/2022, Publicado no PJe : 28/07/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

E ainda:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. REALIZAÇÃO DE PESQUISA INFOJUD. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS IMPUTÁVEIS AO CREDOR. NÃO DEMONSTRAÇÃO. 1. É ônus do credor indicar bens do devedor passíveis de penhora, razão pela qual deve envidar esforços para que este fim seja alcançado. A realização de pesquisas nos sistemas disponíveis ao Juízo dependem da comprovação de que o credor empreendeu todas as diligências possíveis para localizar bens do devedor. 2. A consulta ao Sistema de Informações ao Judiciário (Infojud) é medida excepcional, por implicar na quebra de sigilo fiscal da parte devedora, o que impõe cautela para o seu deferimento. 3. Agravo de instrumento desprovido.

(TJDFT - Acórdão n. 1430215, 07129211220228070000, Relator: HECTOR VALVERDE SANTANNA 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 08/06/2022, Publicado no PJe : 23/06/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

IV - DO PEDIDO

Ante o exposto, a Curatelada **requer o não provimento** do presente recurso de Agravo de Instrumento, preservando-se integralmente a decisão recorrida.

Por meio desses termos, pede e espera o deferimento.

Fulana de tal
Defensora Pública do x

Fulana de tal
Estagiária xxx Matrícula nº x.x